

Plenário aprova cobrança individualizada de água

O Plenário do Senado aprovou ontem 18 matérias, incluindo o projeto que modifica a política de resseguro e o que prevê a cobrança individualizada das contas de abastecimento de água para residências ou estabelecimentos comerciais localizados em condomínios

novos. Para realizar a medição individual do consumo, a proposta prevê a instalação de hidrômetros. Foram aprovadas também indicações de autoridades e medida provisória que destina R\$ 1,95 bilhão para compensações aos estados pela Lei Kandir. **Páginas 2 a 4**



Renan (D) celebra entendimento, ao lado dos ministros Luiz Marinho e Nelson Machado e do deputado Gilmar Machado

Acordo garante mínimo de R\$ 380

Novo valor do salário começará a vigorar em 1º de abril. Tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas será reajustada em 4,5%

O anúncio das mudanças foi feito no início da noite de ontem pelos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e da Previdência Social, Nelson Machado, ao lado do relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp. O parlamentar havia previsto no seu relatório final um aumento do salário mínimo para

R\$ 375, contrariando orientação da equipe econômica, que insistia em R\$ 367. O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou o compromisso do Congresso Nacional com a recuperação permanente do valor do salário mínimo. Só este ano, disse Renan, o mínimo teve 5,3% de recuperação real de seu poder de compra. **Página 6**



Reunião do Plenário se estendeu pela noite de ontem para assegurar votações

Fim da reeleição e do voto obrigatório deve ter plebiscito

Projeto de Gerson Camata, aprovado ontem pela Comissão de Justiça, prevê a realização de plebiscito sobre temas como o fim do voto obrigatório e a reeleição dos chefes do Poder Executivo. **Página 3**

Infra-Estrutura acolhe normas para gás natural

Depois de intensa negociação, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura acolheu projeto de Rodolpho Tourinho que estabelece marco regulatório para o mercado de gás natural no Brasil. **Página 8**

Acatado projeto que acelera o processo trabalhista

O Plenário do Senado aprovou, ontem à noite, projeto acolhido pela manhã na Comissão de Assuntos Sociais que tem o objetivo de apressar o julgamento dos processos trabalhistas. **Página 3**

Comissão poderá monitorar acordo sobre Lei Kandir

O Senado poderá criar uma comissão especial destinada a acompanhar a discussão e os acordos firmados entre os estados e a União com relação à Lei Kandir. A proposta é de Flexa Ribeiro. **Página 7**

Mantega anuncia redução de impostos

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem, no Plenário do Senado, que parte das medidas que o governo adotará para estimular o crescimento da economia virão da desoneração tributária. **Página 5**



Mantega prevê redução de juros e dos gastos correntes



Projeto autoriza governo brasileiro a doar até R\$ 20 milhões ao Paraguai. Recursos serão liberados pelo Ministério da Fazenda

Plenário aprova recurso para fundo do Mercosul

Os senadores aprovaram ontem, em Plenário, parecer favorável do presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), ao projeto da Câmara dos Deputados que autoriza o governo brasileiro a doar até R\$ 20 milhões



Relator da proposta, Zambiasi destaca papel do fundo na integração do bloco

ao Paraguai (PLC 121/06). A matéria havia sido acolhida pela manhã na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O dinheiro será utilizado na implementação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que se encontra em fase final de institucionalização.

“Esse fundo, já aprovado no Congresso e em vias de ser ratificado, será destinado a financiar programas para o desenvolvimento de infra-estrutura, competitividade e coesão social, em particular nas economias menores e nas regiões menos desenvolvidas, além de apoiar o funcionamento da estrutura institucional e fortalecer o processo de integração. Como o fundo não pôde ser viabilizado instantaneamente, durante a visita do presidente do Paraguai ao Brasil, em 2004, discutiu-se a possibilidade de se efetuar a doação via projeto de lei”, explica o senador, no relatório sobre a matéria.

De acordo com Sérgio Zambiasi, o dinheiro servirá para fomentar ações do governo paraguaio em tare-

fas essenciais para a integração regional entre os países do Mercosul, a exemplo da modernização da administração tributária e aduaneira, e ainda para a redução de desequilíbrios internos. A liberação dos recursos ficará a cargo do Ministério da Fazenda.

– O Focem tem sua inspiração no Fundo

Europeu de Desenvolvimento Regional, que propõe os mesmos objetivos de compensação para as áreas menos favorecidas. Ele terá o montante anual de contribuição de US\$ 100 milhões, com o Brasil contribuindo com 70% desse valor. Em verdade, a presente doação constitui adiantamento da contribuição do fundo, o que representa uma atitude por demais benéfica para o Mercosul – avalia Zambiasi.

No dia 14 deste mês, uma sessão especial, realizada no Plenário do Senado, marcou a instalação do Parlamento do Mercosul, que será presidido pelo senador Alfonso González Núñez, do Paraguai. Na ocasião, Núñez disse que a instituição deverá ajudar a desenvolver políticas econômicas e comerciais adequadas, além de fazer negociações diplomáticas efetivas capazes de minimizar as diferenças entre os países do bloco e colaborar no processo de integração da região. A primeira sessão ordinária do colegiado está programada para março de 2007, em Montevidéu, no Uruguai.



Servidores arrecadam mais de nove toneladas de alimento, que serão doadas a entidades beneficentes do DF e Entorno

Doação de alimentos mobiliza Gráfica do Senado

Cerca de 9 mil e 200 quilos de alimentos foram arrecadados neste ano pelos funcionários da Gráfica do Senado. Os donativos começaram a ser distribuídos ontem a oito instituições beneficentes que atuam no DF e Entorno, de acordo com o diretor da Secretaria Especial de Editorações

e Publicações (Seep), Júlio Werner Pedrosa.

– Este ano batemos o recorde. Os alimentos foram doados exclusivamente pelos funcionários da Gráfica – explicou Pedrosa.

Os alimentos foram encaminhados à Casa Transitória de Filhos de Presidiários; à

Creche Fraternal e Assistencial Lucas Evangelista; à Casa de Ismael/Lar da Criança e à Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe; à Creche do Padre Abdon; à Casa da Sopa Fraternidade Pastoral de Maria; à Escola Maria Teixeira e ao Grupo Crescer, do Jardim Ipê, ambos em Luziânia (GO).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão deliberativa do Plenário

O Plenário realiza sessão deliberativa, com início às 10h. Estão na pauta autorização de empréstimo para programa social do estado do Piauí e proposta que possibilita a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de lote urbanizado.

Orçamento pode ser votado hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reuniões às 9h e às 17h para discutir e votar o relatório final apresentado à proposta orçamentária para 2007 (PL 15/06-CN). Consta ainda da pauta o relatório ao projeto de revisão do Plano Plurianual 2004-2007 (PL 16/06-CN).

Código Florestal na CMA

A Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 10h. Em pauta o projeto que altera o Código Florestal para determinar responsabilidade de reflorestamento das áreas de preservação permanente e a proposta de política pesqueira nacional, entre outras proposições.

Alô Senado

O Alô Senado presta informações aos cidadãos sobre as atividades legislativas e registra críticas, opiniões e sugestões que são encaminhadas diretamente aos parlamentares. Mensagens podem ser enviadas pela internet, no endereço www.senado.gov.br, por carta ou, gratuitamente, pelo telefone 0800 612211.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Renan Calheiros

Fotos: Jone Araújo



Na Comissão de Assuntos Sociais, senadores discutem recurso na ação trabalhista

Projeto torna mais céleres processos na Justiça do Trabalho

O Plenário aprovou ontem à noite projeto de lei da Presidência da República que poderá tornar mais céleres os processos trabalhistas. A proposta (PLC 105/06), acolhida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o recurso de revista e criar incidente de uniformização de jurisprudência na Justiça do Trabalho.

O relator na comissão, Delcídio Amaral (PT-MS), explicou que o projeto restringe as hipóteses de cabimento de recursos de revista – contidas na alínea *b* do artigo 896 da CLT – para que esse instrumento seja utilizado apenas em apreciação de divergência quanto à aplicação de leis estaduais.

Na opinião do presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a medida pode evitar recursos meramente protelatórios, que têm o objetivo de prolongar a decisão da Justiça.

Ele observou que, atualmente, há acúmulo de processos nos tribunais e a decisão de um litígio pode demorar de 15 a 25 anos.

A CAS aprovou também requerimento, apresentado pelo relator, para que o projeto tramite em caráter de urgência. A decisão da comissão precisa ser confirmada pelo Plenário.

Balanço

Ao iniciar a reunião, Valadares fez um breve relato das atividades da CAS durante este ano. Entre os projetos aprovados – 33 apenas no primeiro semestre –, o presidente destacou o que regulamenta o exercício profissional da Medicina (PLS 268/02), relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), além de propostas que beneficiam idosos, afrodescendentes e pessoas com deficiência e outras que aperfeiçoam a legislação previdenciária e ambiental. Ele frisou ainda que a comissão realizou 15 audiências públicas.

Consultoria Legislativa do Senado cria o “Banco de Leis do Idoso”

A Consultoria Legislativa do Senado disponibilizou em sua página da internet o “Banco de Leis do Idoso”. O objetivo principal é reunir a legislação sobre o idoso – conforme o Estatuto do Idoso, pessoa com idade igual ou superior a 60 anos – dando acesso à íntegra dos atos legais. Por isso, estão incluídas no levantamento apenas as normas cujos textos completos foram localizados.

O trabalho surgiu da dificuldade de encontrar em uma única fonte de pesquisa toda a legislação concernente ao idoso. No banco estão arrolados mais de 700 atos normativos, incluindo a legislação federal, as normas jurídicas do Distrito Federal, dos estados e de suas capitais, bem como normas de hierarquia inferior (resoluções, portarias etc.).

O consultor-geral legislativo Sérgio Penna destacou que o acervo de leis deverá ser utilizado sobretudo por familiares de idosos e entidades de assistência a idosos como as casas de repouso e asilos. Ele adiantou também que o Senado deverá disponibilizar brevemente outros bancos de dados de legislação sobre adolescentes, índios e deficientes.

– Nosso objetivo é a conscientização da sociedade sobre os direitos dessas minorias – explicou.

Para o levantamento dos atos de hierarquia superior (leis complementares, leis ordinárias, decretos etc.) foi utilizada a base de dados “Legislação” mantida pelo Senado, complementada pelas informações obtidas na “Base de Legislação Federal”, da Presidência da República.

Comissão de Constituição e Justiça aprova projeto que prevê consulta popular a ser realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral durante as eleições municipais

Plebiscito pode decidir sobre reeleição e voto obrigatório

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá realizar, durante as eleições municipais ou em data que achar conveniente, plebiscito para consultar a população sobre o fim do voto eleitoral obrigatório, a adoção do financiamento público de campanha e a reeleição dos chefes do Poder Executivo. É o que prevê o substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo 1.494/04, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem.

– Se o Congresso não consegue decidir nas propostas que dizem respeito a esses temas, vamos devolvê-las à população para que se pronuncie – disse o autor do projeto, senador Gerson Camata (PMDB-ES).

A data para a consulta será fixada de acordo com decisão do TSE, mas será obrigatoriamente definida em, no máximo, um ano após a aprovação da matéria. Outro tema proposto para a consulta pelo relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM) – a redução da maioria penal – não obteve consenso entre os parlamentares e, por esse motivo, será analisado por meio de destaque durante a votação em Plenário, que ocorrerá somente na próxima legislatura.

A matéria original era mais extensa e previa a consulta para temas como a legalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e o fim



Gerson Camata (E), autor do projeto, conversa com Jefferson Péres, o relator

do serviço militar obrigatório. Jefferson havia acrescentado ainda o questionamento sobre a recriação do estado da Guanabara, com o desmembramento do município do Rio de Janeiro do estado homônimo. Itens polêmicos, todos foram retirados da proposta. O senador destacou, entretanto, que o resultado da consulta não é auto-aplicável e depende de projeto aprovado.

Parque nacional

Outra proposição acolhida pela CCJ ontem altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado entre os municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz (CE), a fim de possibilitar a instalação de um sistema de coleta e tratamento de esgotos para o núcleo urbano que circunda o parque. O PLC 76/06 pretende resolver o problema da localidade – ponto turístico do litoral cearense que tem grande

aporte de turistas em determinadas épocas –, que, em função da ausência de esgotamento público, vem sofrendo com contaminação das águas dos poços de particulares e das cisternas públicas da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), únicas fontes de água para consumo humano no povoado.

A matéria aprovada suprime a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara e inclui trechos que não fazem parte do Parque Nacional, como algumas dunas fixas e tabuleiros cobertos por vegetação nativa e bem conservados.

– A análise do mérito da alteração deverá ser feita pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) – ressaltou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que foi o relator *ad hoc* da proposta.

Depósito prévio em ação rescisória trabalhista

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer a obrigatoriedade de depósito prévio, em valor equivalente a 20% do valor da causa, para as ações no âmbito da Justiça do Trabalho, dispensado apenas nos casos em que se comprovar a miserabilidade do autor.

A proposição (PLC 80/06) busca reduzir a utilização exagerada das ações rescisórias com intenção procrastinatória, no âmbito da Justiça trabalhista, já que esta não antevê o depósito prévio quando se propõe uma ação, ao contrário do processo civil.

Graças a essa permissividade, a ação rescisória passou a constituir mais uma possibilidade de recurso, congestionando o desfecho da prestação jurisdicional. O projeto decorre de sugestão apresentada pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

– A instituição do depósito prévio de 20% do valor da causa certamente levará à diminuição do uso da ação rescisória para fins protelatórios. Com a aprovação desse projeto, harmoniza-se o processo trabalhista com sua fonte subsidiária, o Código de Processo Civil – justificou o relator, senador João Batista Motta

(PSDB-ES).

Irrigação

Os parlamentares da Comissão de Justiça acolheram também parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) sobre emenda oferecida à PEC 48/03, que trata da aplicação de recursos destinados à irrigação. A proposta prorroga por 15 anos o dever da União de aplicar, do total de recursos destinados à irrigação, 50% na região Nordeste e 20% na região Centro-Oeste. A subemenda proposta por Demostenes Torres determina que os recursos serão aplicados de acordo com plano diretor de irrigação regional.

Plenário aprova 18 propostas, entre elas a que modifica a política de resseguro e a que determina a cobrança individualizada de água em condomínios

Cinco novos embaixadores são confirmados

O Plenário acolheu mensagens presidenciais propondo a indicação de embaixadores do Brasil na Mauritânia, Cuba, Botsuana, Guiné Equatorial e Chade. Foram confirmadas as indicações de Kátia Godinho Gilaberte para a Mauritânia; Bernardo Pericás Neto, para Cuba; João Inácio Oswald Padilha, para Botsuana; Agemar de Mendonça Sanctos, para a República da Guiné Equatorial; e Pedro Luiz Rodrigues, para Chade. Regis Percy Arslanian também teve a indicação acolhida para o cargo de delegado permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Kátia Gilaberte, que recebeu 42 votos favoráveis, exercerá o cargo cumulativamente com o de embaixadora no Senegal. Pedro Luiz Rodrigues, com 35 votos favoráveis, acumulará o cargo com o de embaixador na Nigéria. Bernardo Pericás Neto, com 42 votos favoráveis, exercerá o cargo cumulativamente em Antígua e Bermuda. Agemar Santos obteve 36 votos favoráveis, e João Inácio Padilha, 37 votos.

Senadores acolhem indicações para ANTT e Dnit

O Senado também aprovou a recondução de Francisco de Oliveira Filho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Outro nome aceito como diretor do mesmo órgão foi o de Wagner de Carvalho Garcia. Michel Dib Tachy teve a indicação aprovada para cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

Francisco de Oliveira obteve 29 votos favoráveis entre 41 senadores presentes. A indicação de Wagner Garcia foi acolhida por 24 dos 41 votantes; e Michel Tachy recebeu a aprovação de 27 dos 44 parlamentares.

Ao comentar a indicação de Tachy, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que se trata de "paraense renomado com conhecimento em transporte aquaviário" e frisou a importância de a Amazônia ser representada pela necessidade de desenvolvimento do sistema hidroviário em benefício do país.

Nova política de resseguro vai à sanção presidencial

O Plenário do Senado aprovou projeto de lei que introduz alterações na política de resseguro, retrocessão e sua intermediação. A proposta (PLC 127/06 – complementar), que segue agora à sanção presidencial, dispõe ainda sobre as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário.

Houve polêmica em torno da possibilidade de privatização do setor de resseguros. Resseguro é a operação pela qual uma seguradora (cedente) livra-se parcialmente do risco de um seguro já feito ao contrair novo seguro em outra companhia (resseguradora). Heloísa Helena (PSOL-AL) rejeitou o projeto pela suposta defesa do corporativismo das grandes seguradoras externas. Já o vice-líder do governo, Romero Jucá, sustentou



Proposta que gerou polêmica no Plenário segue agora para sanção presidencial

que a proposta prevê a moralização e melhoria do setor.

A aprovação do projeto também foi viabilizada pelo acordo em torno do veto ao parágrafo que pretendia obrigar a União a repor o capital retirado por acionistas preferenciais do IRB Brasil Resseguros S.A. para investimento

em outra empresa de resseguro. O acerto manteve o artigo que autoriza a União a oferecer aos acionistas preferenciais do IRB a opção de retirada do capital da companhia para destiná-lo, integralmente e exclusivamente, à subscrição de ações de empresa de resseguro sediada no país.

Conta de água individual nos novos condomínios

A cobrança das contas de abastecimento de água nos condomínios novos poderá ser feita individualmente. O Senado aprovou ontem o projeto da Câmara que estabelece que a medição do consumo de água será feita por residência ou estabelecimento comercial. A proposta (PLC 42/06) vai à sanção do presidente da República.

O projeto, de autoria do deputado Júlio Lopes (PP-RJ), prevê

a instalação de hidrômetros (aparelhos que medem o gasto de água) nas edificações que forem construídas após o início da vigência da nova lei.

Júlio Lopes argumenta que a cobrança individual desestimularia o desperdício de água, pois hoje, nos condomínios, como a água é dividida igualmente, aqueles que consomem menos arcam com os custos daqueles que consomem mais. Além disso,

com os hidrômetros, os consumidores podem saber a quantidade de água que estão consumindo, direito previsto no Código de Defesa do Consumidor.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que há a possibilidade de a matéria ser vetada pelo presidente Lula, dependendo de questões relacionadas à tarifa social, a isenções sociais e à compatibilidade com a nova lei de saneamento.

Prisão em flagrante deve ser comunicada em até 24 horas

O projeto que pretende assegurar aos presos o regular exercício do direito constitucional do contraditório e da ampla defesa foi acolhido ontem em Plenário. A matéria, que altera o Código de Processo Penal, determina que, dentro de 24 horas após uma prisão em flagrante, cópia da nota de culpa, assinada pela autoridade responsável, seja entregue à Defensoria Pública, com nome do condutor, nome das testemunhas e motivo da prisão. Isso permite a prestação imediata de assistência jurídica ao preso. O projeto (PLC 77/06) também estabelece que a prisão seja comunicada imediatamente ao juiz competente e à família do preso. A matéria vai à sanção.

O deputado Albérico Filho (PMDB-MA), autor do texto, explica que a rápida atuação da defensoria possibilitará ao acusado ter conhecimento claro da imputação, apresentar alegações contra a acusação, fazer contraprova, ter defesa técnica elaborada por advogado e recorrer da decisão.

Compensação por perda com Lei Kandir passa em Plenário

Os senadores aprovaram ontem em Plenário projeto de conversão proveniente da Medida Provisória 328/06, que dá aos estados compensações pelas perdas decorrentes da Lei Kandir, que isentou de impostos estaduais os produtos destinados à exportação. A lei destina R\$ 1,95 bilhão para compensar as isenções. A proposta acolhida também reajusta a tabela progressiva mensal do Imposto de Renda Pessoa Física.

De acordo com o texto, o rateio das parcelas dos municípios obedecerá a coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) de seus respectivos estados, a serem aplicados no exercício de 2006.

O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ofereceu parecer favorável à proposição. A matéria foi aprovada com duas emendas e volta à Câmara dos Deputados.

Parlamentares poderão propor ações civis públicas

O Plenário aprovou ontem o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que legitima senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores para a propositura de ação civil pública.

O projeto (PLS) 131/03 altera o artigo 5º da Lei 7.347, de 1985, que disciplina a ação civil pública. De acordo com o referido diploma legal, essa ação pode ser proposta pelo Ministério Público, pela União, estados e municípios, por autarquia, empresa pública, entre outros. Com a alteração proposta pelo PLS 131/03, ficam também legitimados para propor ação civil pública, além de parlamentares, os governadores dos estados e do Distrito Federal, os prefeitos, a Defensoria Pública e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais.

Entre os objetivos principais da ação civil pública estão a apuração de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Transpetro pode ampliar limite de endividamento

Os senadores acolheram ontem o projeto de resolução (PRS 49/06) que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a ampliar sua capacidade de endividamento em R\$ 5,6 bilhões. Com essa autorização, a subsidiária da Petrobras poderá levantar empréstimo junto ao Fundo de Marinha Mercante (FMM) para financiar programa de modernização e expansão de sua frota de navios.

O programa destina-se à construção e à reforma de navios no país, visando alavancar o setor naval brasileiro, que passa por prolongada crise. Devem ser adquiridas 42 novas embarcações de grande porte.

Heloísa Helena (PSOL-AL) registrou seu voto contrário à matéria, alegando que recebeu denúncias de que as futuras licitações para a construção dos navios já teriam os vencedores conhecidos, entre eles pessoas ligadas ao Palácio do Planalto.

Ministro da Fazenda diz no Senado que governo pretende manter inflação baixa e reduzir juros e gastos correntes para acelerar o desenvolvimento



Jefferson Péres relaciona medidas para acelerar o crescimento

Jefferson afirma que Estado deve remover obstáculos

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou, após explanação em Plenário do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que “o Estado não deve ser locomotiva de desenvolvimento, mas sim um navio quebra-gelos, um removedor de obstáculos”.

O senador enumerou algumas medidas que, na sua avaliação, contribuiriam para o país crescer num ritmo mais acelerado: estipular a meta da inflação entre 4% e 4,5%, garantir um superávit fiscal de 4,25% para os próximos quatro anos, estabelecer metas para conter os gastos públicos e fazer a reforma da Previdência.

Jefferson Péres sugeriu a consolidação dos marcos regulatórios dos vários setores, a extinção do Conselho Monetário Nacional, a manutenção da política de câmbio, a ampliação dos investimentos na construção civil, a não-repactuação das dívidas com os estados e a determinação de que a Lei de Responsabilidade Fiscal é intocável.

Mantega concordou que o Estado não pode impulsionar o desenvolvimento, mas apenas criar as condições para que ele ocorra. Acrescentou que o governo deverá abrir discussão sobre a reforma da Previdência: “Não cabe unilateralmente ao governo propor uma reforma”.

Mantega: medidas econômicas incluem redução de impostos

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que parte das medidas que o governo federal adotará para estimular o crescimento da economia virão da desoneração tributária. O ministro informou que o próprio presidente da República iria anunciar essas medidas hoje ou amanhã. Ele não quis antecipar todas as providências que o governo adotará, com o argumento de que ainda estão sendo preparadas.

Guido Mantega veio ao Plenário do Senado como convidado, a requerimento de Jefferson Péres (PDT-AM), para expor as linhas gerais da política econômica do segundo mandato do presidente da República. O ministro reiterou as declarações de Lula de que o crescimento econômico será prioridade nestes quatro anos, embora tenha reconhecido que o país “não esteja crescendo como gostaríamos”. Disse que as taxas de juros continuarão a cair.

A manutenção de um baixo

índice de inflação e a redução dos gastos correntes também serão objetivos da política econômica do segundo mandato, de acordo com Mantega. Ele ressaltou que a política monetária manterá o sistema de metas de inflação, e argumentou ainda que o controle inflacionário é importante para a população de baixa renda, pois dessa forma seus salários não são deteriorados pela alta de preços. Conforme o ministro, a inflação deste ano deverá ser de aproximadamente 3,1%.

Quanto aos gastos correntes, Mantega declarou que sua redução é necessária para permitir que haja mais recursos para os investimentos em infra-estrutura. Além disso, a diminuição desses gastos, observou ele, compensará a perda de receita da União com a desoneração dos investimentos.

Mantega destacou a importância de medidas de caráter institucional que podem estimular a atividade econômica, como a

Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Supersimples), sancionada pelo presidente na última quinta-feira, e o projeto que trata da abertura do mercado de resseguros, o qual tramita no Congresso.

O ministro frisou que o crédito imobiliário está em expansão no país, podendo alcançar um montante de cerca de R\$ 21 bilhões neste ano, entre recursos liberados por bancos públicos ou privados. Segundo ele, a indústria de construção civil vem crescendo a taxas acima de 6% ao ano.

Mantega afirmou que a valorização do real diante das outras moedas deverá ser atenuada com a continuidade da queda das taxas de juros – o que reduziria a diferença entre as taxas domésticas e as de outros países – e o crescimento mais acelerado do país, que, ao impulsionar as importações, diminuiria o saldo comercial brasileiro e pressionaria a cotação do real para baixo.



Virgílio lembra que país nunca atingiu desenvolvimento previsto por Lula

Ministro diz que governo não buscará crescimento fácil

Questionado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o governo não vai buscar o crescimento fácil, o que, no seu entendimento, traria em decorrência o aumento da inflação.

Virgílio quis saber se o governo conseguirá, apesar dos gastos públicos, manter metas de superávit primário sem comprometer metas de crescimento e o desenvolvimento mais acelerado do país, “uma vez que o Brasil tem crescido a taxas menores que as anunciadas pela equipe econômica”. O senador lembrou ao ministro que o Brasil jamais atingiu as metas de crescimento anunciadas pela equipe econômica durante o primeiro mandato de Lula.

– Considero que somente o sucessor de Lula tenha a possibilidade de conseguir uma taxa que atinja os 5%, que o Brasil precisa para se enquadrar num momento em que a economia do mundo está em crescimento – previu Virgílio, ressaltando que o país tem baixo investimento em infra-estrutura, o que, na sua opinião, representa um “apagão administrativo”.

Para o ministro, o crescimento deve obedecer à responsabilidade fiscal. “E isso o Brasil está fazendo, ao cumprir mensalmente as metas de superávit primário”.



Ao lado de Renan Calheiros (C) e Maguito Vilela, o ministro Guido Mantega (E) faz exposição no Plenário do Senado

Relatório propõe restrições à liquidação extrajudicial de bancos

A Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovou ontem o seu relatório final. Uma das principais sugestões, apresentadas pelo relator Edison Lobão (PFL-MA) no texto final, foi a de alteração da Lei 6.024, de 1974, para extinguir a liquida-

ção extrajudicial como primeira medida de recuperação de bancos com problemas financeiros.

De acordo com a proposta de Lobão, o Banco Central (BC) deveria primeiramente, ao verificar situações anômalas nas instituições financeiras, decretar a intervenção, para somente depois, na impossibilidade de recuperação, partir para soluções mais drásticas

como a liquidação extrajudicial. Ao contrário do que ocorre com a decretação dessa medida, em caso de intervenção as atividades operacionais das instituições não sofrem interrupção.

Outra conclusão expressa no relatório se refere à falta de fiscalização do Banco Central sobre a atuação dos liquidantes de instituições financeiras.

Ao final da reunião, o presidente da subcomissão, Aelton Freitas (PL-MG), agradeceu a Lobão pela elaboração do relatório, lembrando que o trabalho, além de poder subsidiar o BC na conclusão de boa parte das liquidações, deverá servir para uma melhor avaliação de possíveis perdas de pequenos investidores, credores das massas falidas.



Edison Lobão aponta falta de fiscalização do BC sobre trabalho de liquidantes

Entendimento entre o relator-geral do Orçamento e os ministros do Trabalho e da Previdência inclui mudanças solicitadas pelas centrais sindicais

Acordo garante mínimo de R\$ 380 e corrige tabela do IR

O governo cedeu nas negociações com centrais sindicais e o salário mínimo subirá de R\$ 350 para R\$ 380 em 1º de abril. Já a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física será reajustada em 4,5% no dia 1º de janeiro.

O anúncio das mudanças foi feito ontem pelos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e da Previdência Social, Nelson Machado, ao lado do relator-geral do Orçamento de 2007, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O parlamentar havia previsto no seu relatório final um aumento do mínimo para R\$ 375, contrariando a intenção da equipe econômica, que até então insistia em R\$ 367.

Antes do anúncio, os ministros se reuniram com Raupp para encontrar uma forma de financiar as mudanças. Ele foi informado pelas consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara que os R\$ 5 adicionais do salário mínimo custarão R\$ 900 milhões aos cofres da União em 2007. Já o reajuste da tabela do Imposto de Renda exigirá mais R\$ 210 milhões. O relator havia proposto um reajuste da tabela do IR de 5% em 2007 e outros 5% em 2008. Até então, o governo havia concordado com 3%.

– Já recebi informações de que será possível alterar a reestimativa de receitas feita pelo Congresso para sustentar os



Aloizio Mercadante (E), Valdir Raupp, Luiz Marinho e Nelson Machado celebram acordo

novos gastos – afirmou Raupp, que deve apresentar um adendo ao relatório final prevendo as mudanças.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) também terá de votar o aumento na reestimativa de receitas.

O acordo aceito pelo governo prevê que o salário mínimo será reajustado anualmente até 2010 pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC), mais um índice igual ao crescimento do produto interno bruto (PIB) no ano anterior. Outra novidade: a cada ano a data de reajuste será antecipada em um mês, possibilitando que, a partir de 2010, o mínimo seja aumentado sempre em 1º de janeiro.

Além disso, a tabela do Imposto de Renda será corrigida nos próximos quatro anos sempre em 4,5%. Em 2010, o governo,

o Congresso e os sindicalistas farão nova negociação, quando se decidirá pela manutenção ou mudança dessa política.

A correção da tabela do IR para 2007 foi aprovada ainda ontem sob a forma de uma emenda colocada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 28/06, proveniente da Medida Provisória 328/06, que trata da prestação de auxílio financeiro de R\$ 1,95 bilhão pela União aos estados e municípios. Com isso, o PLV voltou ao exame da Câmara.

Luiz Marinho assinalou que o acordo dará previsibilidade tanto ao governo quanto aos empresários e aos assalariados nos próximos quatro anos. Afirmou ainda que o reajuste anual de 4,5% na tabela do IR permitirá “uma recomposição” da tabela, que tem ficado abaixo da inflação nos últimos anos.

Renan Calheiros aplaude entendimento

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, comemorou o acordo que estabeleceu salário mínimo de R\$ 380 a partir do próximo 1º de abril.

Renan congratulou os ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e da Previdência, Nelson Machado; o deputado Gilmar Machado (PT-MG) – presidente da Comissão Mista de Orçamento – e o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pelos entendimentos que culminaram em novo valor para o salário mínimo e na correção da tabela do Imposto de Renda em 4,5% a partir de 1º de janeiro de 2007.

Da Mesa, Renan reiterou o compromisso do Congresso pela

recuperação permanente do valor do salário mínimo. Só este ano, frisou Renan, o mínimo teve 5,3% de recuperação real de seu poder de compra.

O presidente do Senado também disse que o país optou pela democracia representativa, que “tem pouco mais de 20 anos”.

– Essa democracia representativa custou vidas, falta de liberdade, prisões, perseguições, e todos nós lutamos contra isso. E a democracia representativa é o Parlamento. Tudo do Parlamento tem de ser feito em favor da sociedade de forma aberta e transparente. O Poder Legislativo é um poder desarmado, que não pressiona ninguém – afirmou.

Logo depois, os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR) também comemoraram e elogiaram o acordo do novo salário mínimo. Mercadante registrou que o acordo “tem a chancela de todas as centrais sindicais do país”.

Ele destacou que serão 22,5 milhões de trabalhadores beneficiados, o que acarretará impacto de R\$ 900 milhões no Orçamento.

– Além disso, o pagamento do novo valor do salário mínimo é antecipado para abril. E a cada ano vamos antecipar um mês, até chegar em janeiro – informou Mercadante.

Preço estável é a contribuição do BC para o crescimento, diz Meirelles

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, afirmou ontem que a contribuição da autoridade monetária para acelerar o crescimento econômico é manter a estabilidade dos preços, além de políticas que assegurem o bom funcionamento do mercado de câmbio e o equilíbrio do balanço de pagamentos. Ele disse ser preciso manter a inflação dentro das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

– Essa é a grande contribuição a ser dada, como qualquer outro banco central do mundo – disse.

A declaração foi feita por Meirelles à imprensa após audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde os debates foram movimentados principalmente por críticas dos parlamentares às altas taxas de juros, apontadas como obstáculo aos investimentos e ao crescimento da economia, além de causa dos elevados encargos com a dívida

pública. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do governo uma postura “mais ousada”.

O presidente do BC reconheceu que os juros praticados pelos bancos não estão caindo na mesma proporção da taxa de juros de referência – a Selic, nesse momento com valor nominal de 13,25%. Na prática, essa defasagem significa maior margem de ganho para o sistema bancário. Diante disso, Meirelles admitiu a necessidade de aumentar a concorrência no setor e adiantou ações do governo nesse sentido.

Uma das medidas está sendo chamada de conta-salário, que permitirá aos trabalhadores transferir seus vencimentos de uma instituição bancária para outra que ofereça taxas mais vantajosas. Outra medida é a portabilidade do crédito, destinada a permitir negociações, em condições adequadas, da transferência da operação a outras instituições.



Ao lado do presidente da CMO, Gilmar Machado (D), Henrique Meirelles fala à comissão

Controle da inflação e acertos da política monetária são destacados

Para Henrique Meirelles, a inflação de 2006 deve fechar em 3,02%, de acordo com projeção “consensual” do mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a taxa é estimada em 2,59%.

O presidente do Banco Central observou que os preços estão se comportando conforme os objetivos da política monetária. A meta de inflação deste ano é de 4,5% (admitindo dois pontos percentuais para cima ou para baixo). Ele salientou ainda que, desde o ano passado, o comportamento dos preços está de acordo com as metas fixadas.

– É uma situação positiva e inédita na história do país – disse.

A audiência na CMO foi organizada em conjunto com as comissões de Assuntos Econô-

micos e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação; e Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados.

Na reunião, o presidente do BC também destacou que a evolução das contas correntes tem sido favorável, inclusive acima das expectativas do governo. Informou que o saldo da balança comercial continua a crescer e foi de US\$ 45,4 bilhões este ano, com exportações superiores às importações.

No debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) revelou que obteve dados junto aos assessores que acompanhavam o presidente do BC que indicam o aumento na relação entre os encargos da dívida pública e o produto interno bruto (PIB) nos dois últimos anos.

Audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos busca saída para compensar perdas de estados exportadores, os quais alegam prejuízos



Rodolpho Tourinho defende aprovação da reforma tributária pelos deputados

Tourinho cobra agenda para “destravar país”

Durante a audiência pública realizada ontem na CAE para discutir a regulamentação da chamada Lei Kandir, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aconselhou o governo a criar, já no início do próximo ano, “uma agenda positiva destinada a destravar o país e alavancar a economia”.

Para o senador, entre as primeiras providências a serem colocadas em prática pelo novo governo deveria estar o incentivo à aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de reforma tributária já acolhida pelo Senado. Do contrário, segundo ele, “o país poderá perder o bonde da história”.

Rodolpho Tourinho lembrou que a reforma tributária, que se encontra parada na Câmara, apresenta pontos importantes, a começar por medidas que possibilitarão o fim da guerra fiscal entre os estados. O parlamentar defende a unificação do ICMS em todo o país.

Sobre a Lei Kandir, Rodolpho Tourinho disse que o dispositivo é constitucional e que, portanto, o governo deve aportar os recursos necessários para compensar os estados exportadores. Mas salientou que os governadores têm todo o direito de lutar, como vêm fazendo, pelo aumento do aporte de recursos para seus estados.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considera ser preciso que o governo federal defina em lei uma compensação aos estados. Conforme o senador, o que os estados exportadores recebem atualmente da União chega apenas a 20%. O ideal, observou, seriam 50%.

Válter Pereira (PMDB-MS) também pediu a imediata regulamentação da Lei Kandir, destacando que os estados exportadores estão perdendo divisas.

Senado poderá ter comissão para monitorar acordo sobre Lei Kandir

O Senado poderá criar uma comissão especial destinada a acompanhar a discussão e os acordos firmados entre os estados e a União com relação à Lei Kandir. A proposta foi feita ontem pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que discutiu a regulamentação dessa lei (Lei Complementar 87/96).

– Vou apresentar um requerimento para a criação dessa comissão no âmbito do Senado, a fim de que possamos contribuir para a construção de uma solução para esse problema a curto prazo, até o fim de 2007 – afirmou Flexa Ribeiro, autor do requerimento para a realização da audiência.

A Lei Kandir, criada em 1996, isenta do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação, entre outros. Para compensar os estados pelas perdas decorrentes da isenção dos impostos, a legislação prevê que a União lhes repasse os valores desonerados, a título de compensação pelas perdas.

Até 2003, esse repasse era au-



À mesa com Flexa Ribeiro, André Puccinelli (D) diz que governo não cumpre promessa

tomático, mas a partir de 2004, com a Lei Complementar 115, que alterou a Lei Kandir, o valor deixou de ser fixado em legislação. Desde então, a cada ano, os governadores dos estados exportadores precisam negociar com o Executivo o montante a ser repassado por meio de recursos aprovados no Orçamento da União. Governadores e parlamentares alegam que os recursos repassados pela União sempre foram inferiores aos valores reais desonerados, porém, a partir de 2004, passaram a ser ainda menores, agravando o endividamento dos estados.

Flexa Ribeiro também sugeriu a formação de uma frente de

senadores e governadores, no início da próxima legislatura, com o objetivo de negociar com o governo federal uma solução para que, até o fim de 2007, a Lei Kandir seja regulamentada e haja consenso no repasse de recursos aos estados.

– Da forma como está, não dá para continuar. Tem de haver um consenso. É importante que esse fundo esteja regulamentado até o fim de 2007, para que, a partir de 2008, os estados não precisem mais ficar mendigando do governo federal recursos que são efetivamente deles – assinalou o senador pelo Pará, um dos estados mais prejudicados pela Lei Kandir.

Puccinelli pede mudança para que estados não quebrem

O governador eleito de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, afirmou ontem, na audiência pública para discutir a regulamentação da Lei Kandir, que essa legislação é um dos maiores responsáveis pelo endividamento dos estados.

Puccinelli explicou que o governo federal fez um acordo para ressarcir os estados com a metade dos impostos desonerados pela Lei Kandir, mas não tem cumprido a promessa. Para exemplificar, salientou que a desoneração das exportações em 2004 foi de, no mínimo, R\$ 15 bilhões, podendo até ter ultrapassado R\$ 18 bilhões. Mas o governo federal, segundo ele, somente reconheceu o valor de R\$ 10,4 bilhões. Desse total, os R\$ 5,2 bilhões (50% do total reconhecido) acertados pela União só foram pagos “na marra”, ao longo de 18 meses, frisou.

– A Lei Kandir deveria du-

rar quatro anos, porém já está durando dez anos. Estamos empobrecendo. Esperamos que pelo menos nos seja garantido o ressarcimento de 50% do valor acordado, para que os estados não quebrem – disse Puccinelli.

A secretária da Fazenda do governo do Pará, Rute Tostes, defendeu a imediata regulamentação do artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe sobre o repasse dos recursos da União aos estados. Ela lembrou que os estados não são contra o espírito da Lei Kandir, que é o de estimular as exportações, mas sim contra o não-ressarcimento das perdas pela União.

– O que não achamos justo é não sermos ressarcidos pela União. Precisamos da regulamentação urgente da Lei Kandir, para que não precisemos mais passar pela humilhação de, a

cada início de ano, termos de ir ao Congresso Nacional pedir a inclusão de valores no Orçamento da União para atender aos estados – assinalou Rute.

A necessidade da regulamentação imediata da Lei Kandir também foi defendida pelo representante do governo de Minas Gerais, Ricardo Luiz Oliveira de Souza, segundo o qual o artigo 91 da ADCT é claro quanto ao repasse dos recursos desonerados para os estados.

– Nós não podemos concordar com uma mera previsão orçamentária para nos atender. O que precisamos é do efetivo ressarcimento dos tributos da exportação – afirmou Ricardo Souza.

Já o representante do Ministério da Fazenda, André Paiva, observou que o governo federal está atento a todas as propostas para resolver o problema do repasse de recursos.

Simon critica descumprimento de repasses

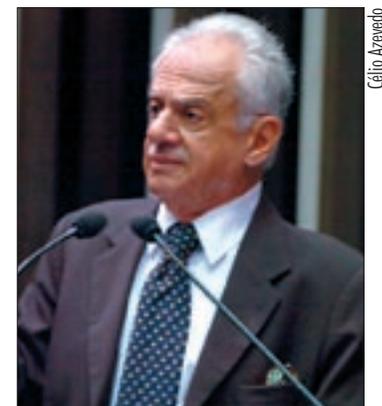
O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou, em discurso no Plenário, o descumprimento, pelo governo federal, dos repasses da Lei Kandir aos estados. Ele afirmou que a lei nunca foi cumprida e que o ressarcimento aos estados exportadores depende de vontade política.

– Nunca se cumpriu, econômica e juridicamente, a Lei Kandir: sempre se ficou à mercê da vontade política. Temos uma lei técnica cuja aplicação é política – ressaltou Simon.

O estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, informou o senador, deixa de receber em seus cofres cerca de R\$ 1 bilhão a cada ano. Para resolver o problema, Simon sugere que os valores referentes à Lei Kandir não repassados aos estados possam ser abatidos, mensalmente, do pagamento da parcela da dívida estadual, ou, ainda, a elaboração de uma nova lei sobre créditos dos estados exportadores.

O senador gaúcho informou que apresentou projeto de lei complementar para uma “nova Lei Kandir”, como definiu a proposta, elaborado com a colaboração da Secretaria da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul. A proposição, explicou, além de definir nova sistemática de repasse dos recursos devidos, autoriza que créditos não repassados sejam compensados nos pagamentos das dívidas estaduais. O projeto (PLS 235/06) encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Simon destacou que a dívida pública é um problema que afeta todos os estados brasileiros e não apenas o seu. O parlamentar propõe amplo debate que contribua para a criação de um pacto federativo.



“Temos uma lei técnica cuja aplicação é política”, observa Pedro Simon

Sem emendas do governo e após negociação de pontos polêmicos, texto de Tourinho com regras para uso do gás teve decisão terminativa na Comissão de Infra-Estrutura

Aprovado marco regulatório para mercado do gás natural

Após intensa negociação entre governo e consumidores finais, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem parecer favorável de Sérgio Guerra (PSDB-PE) a projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece o marco regulatório para o mercado de gás natural no Brasil. Acolhida em caráter terminativo, a matéria poderá seguir para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Emendas apresentadas pelo governo não foram aceitas pelos representantes dos setores industriais que trocaram suas matrizes energéticas para o gás natural. Uma das emendas determinava que, em situações de contingência de energia (o chamado "apagão"), o gás natural disponível no mercado brasileiro seria destinado, prioritariamente,

para o suprimento de usinas termelétricas.

O presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), alertou para as "enormes dificuldades" de votar a proposta no próximo ano, mas o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), conseguiu que as emendas fossem retiradas e ficou acordado que o texto (PLS 226/06) será apensado ao projeto do governo que já tramita na Câmara dos Deputados.

Fust

A CI também aprovou o aumento, de 18% para 30%, da cota dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) destinada ao setor de educação. O PLS 351/04 é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e obteve voto favorável do relator, senador Sérgio Guerra.

Outra matéria acolhida foi a

Mensagem Presidencial 204/06, que solicita autorização para elevar o limite de endividamento da Petrobras Transportes S/A (Transpetro) para R\$ 5,6 bilhões. O aporte de recursos será feito por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo da Marinha Mercante. Os recursos serão utilizados na modernização e expansão da frota naval, implementando estaleiros e comprando 26 navios de grande porte com 65% de nacionalização.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) questionou vários aspectos que, a seu ver, não foram esclarecidos na tramitação da matéria e solicitou audiência pública com técnicos e autoridades do governo. Embora tenha concordado com o pedido, Jucá apresentou requerimento de urgência para que a mensagem seja votada hoje em Plenário.

Infra-Estrutura homenageia quatro ex-presidentes

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizou ontem solenidade para homenagear quatro de seus ex-presidentes, com a aposição de seus retratos na galeria de fotos da comissão. São eles: a ex-senadora Emilia Fernandes, o atual vice-presidente da República, José Alencar, e os senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e José Jorge (PFL-PE).

Emilia Fernandes, presidente da CI entre março de 1999 e março de 2001, salientou a importância estratégica da comissão, em especial na criação das agências reguladoras de energia elétrica, petróleo e telefonia.

O vice-presidente da República, José Alencar, presidente da CI entre março de 2001 e novembro de 2001, impossibilitado de



Alberto Silva e Emilia Fernandes, ex-presidentes da comissão, se cumprimentam

comparecer por razões de saúde, enviou correspondência em que ressalta o papel do colegiado hoje, quando o governo dá ênfase ao crescimento econômico.

Alberto Silva, presidente da CI entre novembro de 2001 e feve-

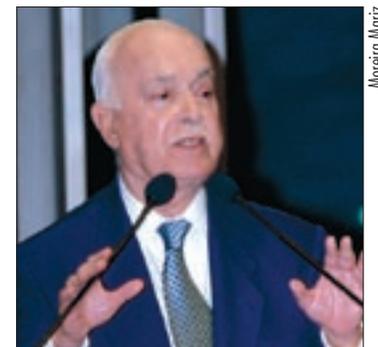
reiro de 2003, também destacou as ações da comissão. Para José Jorge, presidente da CI entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2005, a função principal do colegiado deve ser a proteção das agências reguladoras.

ACM propõe que teto salarial do Legislativo valha para três Poderes

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que transfere do Judiciário para o Legislativo o teto remuneratório dos três Poderes. A medida, justificou o parlamentar, visa harmonizar o tratamento que deve ser concedido a todos os estamentos da União, tornando-o mais adequado e ajustado à realidade política e econômica do país e aos interesses e vontades da sociedade.

– A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são, por sua própria natureza, as caixas de ressonância mais próximas e sensíveis à vontade popular – afirmou Antonio Carlos, que foi cumprimentado pela iniciativa por diversos senadores.

Até o final do pronunciamento, a PEC, que vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já contava com mais de 40 assinaturas. Antonio Carlos



Antonio Carlos: proposta é moralizadora e estabelece igualdade entre Poderes

destacou que a medida é moralizadora, já que não estaria em jogo o aumento dos subsídios, mas a igualdade entre os três Poderes.

Aeroporto

Ainda em seu discurso, Antonio Carlos Magalhães repudiou declaração dada pelo governador eleito da Bahia, Jaques Wagner, que teria sugerido que o nome do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães fosse alterado.

Renan: Senado terá papel revisor na votação sobre subsídios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que caberá à Câmara dos Deputados a iniciativa de votar o decreto legislativo sobre o reajuste dos subsídios dos parlamentares. Ao Senado, caberá o papel revisor da proposta, acrescentou Renan. O projeto poderá ser votado nas duas Casas até hoje, segundo o presidente.

– As decisões terão que ser dos Plenários das duas Casas. O ideal é recolher as propostas, sejam quantas forem, e organizar a votação o mais rapidamente possível, para que esse assunto saia da pauta – explicou Renan.

O presidente do Senado acrescentou que tudo será feito de maneira aberta, transparente e democrática. Perguntado sobre gastos do Judiciário, Renan afirmou que não vai tratar de gastos dos outros Poderes no momento, mas somente dos pertinentes ao Poder Legislativo.

– Evitamos um gasto de milhões ao acabar com as convoca-



Segundo Renan, caberá à Câmara a iniciativa de votar decreto sobre reajuste

ções extraordinárias. Além disso, cortamos R\$ 24 milhões de custeio em 2005 e, nesse item, vamos chegar a cortes de R\$ 50 milhões em 2006 – declarou Renan.

Missa

Renan Calheiros participou, ao final da manhã de ontem, de missa em ação de graças por ocasião do encerramento dos trabalhos legislativos e confraternização de Natal celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz.

Magno Malta quer comunicação sobre liberação de recurso orçamentário

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, projeto do senador Magno Malta (PL-ES) que determina a comunicação, aos agentes interessados, da liberação de

recursos do Orçamento da União provenientes de emenda parlamentar. O comunicado deverá ser feito pelo agente financeiro responsável pelas liberações no prazo de 24 horas.

De acordo com o projeto (PLS

317/06), se os recursos forem destinados a município, o agente financeiro deverá informar sobre a liberação à prefeitura e à Câmara de Vereadores do respectivo município. Quando os recursos destinarem-se aos estados, a

comunicação deverá ser dirigida à Assembléia Legislativa.

Além desses interessados, o comunicado deverá ser dirigido aos parlamentares signatários da emenda que gerou os recursos no Orçamento da União.



Malta propõe que agente financeiro preste informação em 24 horas